



Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

CNPJ: 47.063.128/0001-68

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações de resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025.

Apresentação

A Companhia está localizada em Catanduva, estado de São Paulo, é uma empresa Agroindustrial, têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço.

Seu exercício social é iniciado em 1º de abril e finalizado em 31 de março.

Política de Gestão da Qualidade:

A Usina São Domingos-Açúcar e Etanol S/A é uma empresa ética e socialmente responsável que cumpre com a legislação e os requisitos regulamentares aplicáveis.

Nosso compromisso é garantir a satisfação dos clientes pela qualidade e adequação dos nossos produtos, para isso desenvolvemos ações de melhoria contínua e, resguardamos a segurança e a saúde dos colaboradores. Respeitamos o meio ambiente, incluindo cuidados de prevenção à poluição.

História: Fundada em 06 de agosto de 1952, sob a denominação de SANCHEZ, MOTTA LTDA; em 03 de maio de 1955, alterou sua razão social para SANCHEZ & CIA LTDA.

Em 06 de fevereiro de 1961, transformou-se em sociedade anônima, passando então a denominar-se USINA SÃO DOMINGOS - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A. “USD”

Desde os seus primórdios de 1952 até os dias atuais a companhia vem reescrevendo sua história, efetuando e adaptando as mais diversas ocorrências do setor, e até de turbulências.

A Companhia tem MISSÃO, VISÃO e VALORES, alinhados com o objetivo central de profissionalização.

Missão: Desenvolver processos sustentáveis em bioenergia, com respeito aos colaboradores, aos fornecedores, aos clientes e parceiros agrícolas, complementados com projetos sociais e ambientais legais, privilegiando toda sociedade.

Visão: Ser reconhecida como referência no Setor na Maximização e Otimização nos seus Ativos nos Requisitos Operacionais e Tecnológicos.

Valores:

Ética: Abrangendo a legalidade e a sustentabilidade neste valor, a USD e seus colaboradores executa, e sempre executará as suas atividades nos requisitos éticos;

Excelência Empresarial: Comprometer-se plenamente com os resultados, cumprindo o que se propõe fazer, com eficácia e eficiência, sempre a partir de soluções coletivas, com ética e respeito;

Pioneirismo: O que fazemos é simples, e rotineiro em sua maioria, mas temos a obrigação de sermos os primeiros na busca de melhorias, explorando novas alternativas e maneiras de pensar e não tendo medo de pedir ajuda;

Liderança: Todo indivíduo tem a sua habilidade, tendo sua liderança na execução do seu trabalho, em qualquer lugar, em qualquer cargo ou qualquer hierarquia. Só habilidades e nosso sucesso depende única e exclusivamente da nossa liderança;

Valorização das Pessoas: Respeitar e incentivar as diferenças, partindo da premissa de que apenas por meio da diversidade, complementando, ampliando os conhecimentos e desenvolvendo pessoas em sua civilidade.

Aspectos econômicos e financeiros



A Receita Operacional Líquida consolidada da safra 2025/2026 totalizou **R\$ 788,6 milhões**, representando uma redução de 6,2% em relação à safra anterior, que registrou R\$ 840,6 milhões.



A produção total de cana-de-açúcar totalizou 2,8 milhões de toneladas na safra 2025/2026, registrando um acréscimo de 7,7% em comparação com o ciclo anterior. Desse total, 2,6 milhões de toneladas foram destinadas à moagem (ante 2,7 milhões na safra passada), enquanto as 0,2 milhões de toneladas restantes foram comercializadas.



O índice de liquidez corrente atingiu 3,4 ao final do exercício, evidenciando um aumento de 45,0% em relação aos 2,3 apurados no exercício anterior. Esse desempenho decorre, principalmente, do aprimoramento das políticas de gestão de liquidez, com foco na mitigação de riscos de curto prazo.

Sumário Executivo

	Mar/26	Mar/25
Receita Líquida	788.629	840.605
Ativo biológico	(29.366)	(1.234)
CPV	(565.694)	(577.488)
Lucro Bruto	193.569	261.883
Lucro Operacional	125.686	219.011
EBITDA	312.571	354.891
Lucro Líquido	33.441	33.255
Dívida Líquida	336.151	423.114
Patrimônio Líquido	301.097	293.656
Margens		
Margem Bruta	28,3%	31,3%
Margem Operacional	15,9%	26,1%
Margem EBITDA	39,6%	42,2%
Margem Líquida	4,2%	4,0%

Estratégias e Perspectivas:

Econômicos e Financeiras:

A gestão financeira da Companhia consolidou uma importante evolução, com destaque para a otimização estratégica do endividamento e fortalecimento da estrutura de capital.

A diversificação das fontes de financiamento foi um dos pilares dessa trajetória. Ao buscar novas alternativas no mercado interno, reduzimos significativamente nossa exposição à volatilidade cambial e asseguramos uma base mais estável para os passivos, priorizando captações em moeda local para aproveitar as condições favoráveis do cenário doméstico.

Complementarmente, implementamos políticas de gestão de riscos mais robustas. Por meio do monitoramento proativo do mercado, realizamos operações de refinanciamento em momentos estratégicos, o que resultou na redução de custos financeiros e no alongamento do perfil das dívidas. Como reflexo direto dessas iniciativas, estabilizamos e reduzimos gradualmente o endividamento em moeda estrangeira.

Paralelamente, essa condução prudente permitiu um avanço consistente em nossos patamares de liquidez. Esse resultado é ainda mais expressivo quando considerado o robusto plano de investimentos de mais de R\$ 100 milhões direcionado à modernização do parque industrial nos últimos três anos, integralmente suportado sem comprometer a saúde financeira da Companhia.

Na busca contínua por recordes de produtividade e rentabilidade, demos um salto estratégico crucial neste início de ano. No dia 1º de abril, realizamos com sucesso o *go-live* do ERP TOTVS, implantando as soluções de Back Office e o PINS Agrícola. Essa virada de chave tecnológica integra de ponta a ponta nossas operações, trazendo máxima rastreabilidade e eficiência desde o sulco de cana até a gestão financeira. Alinhando essa nova infraestrutura digital à dedicação inabalável de nossa equipe e ao nosso rigor estratégico, reafirmamos o compromisso de otimizar recursos, mitigar riscos e criar valor de forma consistente para o mercado e para a sociedade.

Em suma, a evolução dos nossos indicadores econômico-financeiros reflete o compromisso com uma gestão rigorosa, mitigatória de riscos e orientada para a sustentabilidade, criando as bases sólidas necessárias para suportar nosso crescimento futuro.

MENSAGEM FINAL DA DIREÇÃO

"Dando continuidade à nossa trajetória de crescimento, nossa equipe segue empenhada em consolidar a Companhia como referência em eficiência operacional e rentabilidade. Em um mercado dinâmico, respondemos com disciplina financeira, otimização de nossos ativos e um compromisso inabalável com a segurança. Mais do que superar recordes de produtividade, estamos integrando inovação e práticas sustentáveis que fortalecem nossa posição na transição energética. Orientados por uma visão estratégica clara e pela dedicação das nossas pessoas, reafirmamos nossa capacidade de gerar valor robusto e consistente para nossos investidores, parceiros e stakeholders. Seguimos firmes na construção de um futuro cada vez mais sólido e promissor."

Permanecemos à inteira disposição dos senhores acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Catanduva, 18 de junho de 2026.

A diretoria

Antonio Luiz Giro
CRC 1SP176605/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Avenida Presidente Vargas, 2.121

Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América

Edifício Times Square Business

14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone +55 (16) 3323-6650

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.
Catanduva – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A. (“Companhia”) e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A. e sua controlada em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo biológico

Veja as Notas explicativas nº 7.I e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas. Essa mensuração requer julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento na determinação das premissas utilizadas na mensuração do valor justo e ao impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; – Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e – Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico. Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que, a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 18 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	240.889	114.309	241.792	116.358
Contas a receber de clientes	9	3.928	655	5.530	1.402
Estoques	10	120.813	108.553	122.405	109.629
Ativo biológico	11	87.223	109.935	87.223	109.935
Adiantamento a fornecedores	12	8.786	5.693	8.786	5.693
Impostos a recuperar	13	28.466	25.798	28.466	25.798
Instrumentos financeiros derivativos	26	11.621	-	11.621	-
Outras contas a receber		497	469	1.057	1.031
Total do ativo circulante		502.223	365.412	506.880	369.846
Não circulante					
Impostos a recuperar	13	5.900	3.043	5.900	3.043
Depósitos judiciais	24	743	743	743	743
Total do realizável a longo prazo		6.643	3.786	6.643	3.786
Investimentos	14	14.222	11.701	-	-
Outros investimentos		85	93	85	93
Propriedade para investimento	15	134.727	134.745	134.727	134.745
Direito de uso	16	335.312	397.770	335.312	397.770
Imobilizado	17	609.980	548.045	612.235	550.371
Total do ativo não circulante		1.100.969	1.096.140	1.089.002	1.086.765
Total do ativo		1.603.192	1.461.552	1.595.882	1.456.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Circulante					
Fornecedores	18	40.358	36.628	32.728	29.154
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	19	58.819	74.173	58.819	76.463
Arrendamentos a pagar	16	89.117	97.226	89.117	97.226
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	7.626	-	7.626
Impostos e contribuições a recolher		2.401	1.708	2.556	1.823
Salários, férias e encargos sociais a pagar	20	13.712	14.304	13.815	14.388
Impostos parcelados	21	323	1.666	323	1.666
Adiantamentos de clientes	22	28.727	17.806	28.727	17.806
Dividendos a pagar		12.668	-	12.692	-
Outras contas a pagar		327	9.359	327	9.371
Total do passivo circulante		246.452	260.496	239.104	255.523
Não circulante					
Fornecedores	18	4.671	4.487	4.671	4.487
Adiantamentos de clientes	22	94.980	36.000	94.980	36.000
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	19	573.928	463.009	573.928	463.009
Arrendamentos a pagar	16	241.190	293.153	241.190	293.153
Impostos parcelados	21	308	566	308	566
Dividendos a pagar		17.030	-	17.030	-
Tributos diferidos	23	123.573	110.216	123.574	110.217
Total do passivo não circulante		1.055.680	907.431	1.055.681	907.432
Total do passivo		1.302.132	1.167.927	1.294.785	1.162.955
Patrimônio líquido	25				
Capital social		131.700	131.700	131.700	131.700
Reserva de capital		11.101	11.101	11.101	11.101
Reserva legal		7.980	6.136	7.980	6.136
Ajuste de avaliação patrimonial		117.336	100.640	117.336	100.640
Reserva de lucros		32.943	44.048	32.943	44.048
Total do patrimônio Líquido atribuível aos controladores		301.060	293.625	301.060	293.625
Participação de não controladores		-	-	37	31
Total do patrimônio líquido		301.060	293.625	301.097	293.656
Total do passivo e patrimônio líquido		1.603.192	1.461.552	1.595.882	1.456.611

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receita líquida	27	767.818	816.250	788.629	840.605
Mudança no valor justo de ativo biológico	11	(29.366)	(1.234)	(29.366)	(1.234)
Custos dos produtos e serviços vendidos	28	(551.416)	(557.609)	(565.694)	(577.488)
Lucro bruto		187.036	257.407	193.569	261.883
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	28	(34.805)	(39.220)	(34.805)	(39.220)
Despesas gerais e administrativas	28	(31.843)	(26.937)	(32.417)	(27.167)
Outras despesas e receitas operacionais	28	(673)	23.497	(661)	23.515
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos		119.715	214.747	125.686	219.011
Receitas financeiras	29	47.659	82.712	47.970	82.720
Despesas financeiras	29	(145.645)	(204.283)	(145.776)	(204.937)
Variação cambial líquida	29	15.487	(66.528)	15.487	(66.528)
Resultado financeiro líquido		(82.499)	(188.099)	(82.319)	(188.745)
Resultado da equivalência patrimonial	14	4.996	2.594	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		42.212	29.242	43.367	30.266
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(1.971)	-	(3.113)	(1.018)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(6.813)	4.007	(6.813)	4.007
Resultado do exercício		33.428	33.249	33.441	33.255
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		33.428	33.249	33.428	33.249
Acionistas não controladores		-	-	13	6
Resultado do exercício		33.428	33.249	33.441	33.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Resultado do exercício		33.428	33.249	33.441	33.255
Outros resultados abrangentes					
Constituição da reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	26	12.703	17.081	12.703	17.081
Resultado abrangente do período		46.131	50.330	46.144	50.336
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				46.131	50.330
Acionistas não controladores				13	6
Resultado abrangente do período				46.144	50.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ajuste de avaliação patrimonial															
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Custo atribuído	Hedge accounting	AVP de dividendos	Ajuste de propriedade para Investimentos	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de março de 2024		131.700	-	11.101	4.360	-	33.792	(22.114)	-	74.151	29.343	-	262.333	33	262.366
Aquisição de ações		-	(7.886)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.886)	-	(7.886)
Cancelamento de Ações em tesouraria, conf Art 30, § 1º LEI 6404/76		-	7.886	-	-	-	-	-	-	-	(7.886)	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(2.270)	-	-	-	-	2.270	-	-	-
(Constituição) realização de reserva de hedge de fluxo de caixa	26	-	-	-	-	-	-	17.081	-	-	-	-	17.081	-	17.081
Distribuição de dividendos conforme (AGO de 18 de junho de 2024)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.127)	-	(9.127)	(8)	(9.135)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.249	33.249	6	33.255
Destinações do resultado do exercício:															
Reserva legal		-	-	-	1.776	-	-	-	-	-	-	(1.776)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.025)	(2.025)	-	(2.025)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.718	(31.718)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025		131.700	-	11.101	6.136	-	31.522	(5.033)	-	74.151	44.048	-	293.625	31	293.656
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(2.784)	-	-	-	-	2.784	-	-	-
(Constituição) realização de reserva de hedge de fluxo de caixa	26	-	-	-	-	-	-	12.703	-	-	-	-	12.703	-	12.703
Distribuição de dividendos conforme (AGO de 8 de maio de 2025)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.676)	-	(9.676)	(7)	(9.683)
Distribuição de dividendos conforme (AGO de 17 de dezembro de 2025)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.372)	-	(34.372)	-	(34.372)
Ajuste a valor presente (AVP) sobre dividendos		-	-	-	-	-	-	-	7.455	-	-	-	7.455	-	7.455
Realização Juros (AVP) sobre dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(678)	-	-	678	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.428	33.428	13	33.441
Destinações do resultado do exercício:															
Reserva legal		-	-	-	1.844	-	-	-	-	-	-	(1.844)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.103)	(2.103)	-	(2.103)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.943	(32.943)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026		131.700	-	11.101	7.980	-	28.738	7.670	6.777	74.151	32.943	-	301.060	37	301.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		33.428	33.249	33.441	33.255
Ajuste para:					
Depreciação - Bens tangíveis	17	23.043	22.201	23.131	22.288
Amortização da lavoura de cana	17	54.235	45.122	54.235	45.122
Amortização do direito de uso de arrendamentos	16	108.240	101.736	108.240	101.736
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	29.366	1.234	29.366	1.234
Instrumentos financeiro derivativos	26	-	2.203	-	2.203
Redução do ativo biológico devido a colheita	11	86.770	90.424	86.770	90.424
Resultado da equivalência patrimonial	14	(4.996)	(2.594)	-	-
Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	29	59.772	131.535	59.848	132.131
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		(1.268)	(6.254)	(1.268)	(6.254)
Variação cambial sobre o contas a receber	29	469	(1.480)	469	(1.480)
Juros sobre arrendamentos e parcerias a pagar	16	33.499	32.961	33.499	32.961
Resultado da venda de ativo imobilizado	17	7.001	10.563	7.001	10.563
Resultado da venda de investimentos	17	8	-	8	-
Ganho de valor justo de propriedade para investimento	15	18	(1.085)	18	(1.085)
Ajuste valor presente sobre dividendos		678	-	678	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	23	8.784	(4.007)	9.926	(2.989)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(3.742)	7.564	(4.597)	7.419
Estoques		(12.260)	(19.833)	(12.776)	(19.821)
Adiantamentos a fornecedores		(3.093)	5.190	(3.093)	5.190
Impostos a recuperar		(5.525)	(12.805)	(5.525)	(12.805)
Outras contas a receber		(28)	53	(26)	52
Depósitos judiciais		-	711	-	711
Fornecedores		3.914	(8.680)	3.758	(4.438)
Impostos e contribuições a recolher		693	(946)	696	(946)
Impostos parcelados		(1.601)	(6.036)	(1.601)	(6.036)
Salários, férias e encargos sociais a pagar		(592)	1.684	(573)	1.690
Adiantamentos de clientes		69.901	(23.812)	69.901	(23.812)
Dividendos a pagar		29.020	-	29.020	-
Outras contas a pagar		(9.032)	6.720	(9.020)	6.716
Caixa gerado nas atividades operacionais		506.702	405.618	511.526	414.029
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19	(59.311)	(115.435)	(59.408)	(116.051)
Juros pagos de arrendamentos a pagar	16	(33.499)	(32.961)	(33.499)	(32.961)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		(1.971)	-	(3.076)	(1.002)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		411.921	257.222	415.543	264.015
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos	14	2.475	3.136	(7)	-
Aquisição de ativos biológicos	11	(93.424)	(86.770)	(93.424)	(86.770)
Aquisição de imobilizado	17	(146.214)	(105.104)	(146.231)	(105.104)
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos		(237.163)	(188.738)	(239.662)	(191.874)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	360.995	374.174	360.995	374.174
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19	(265.891)	(315.401)	(268.160)	(318.859)
Pagamentos de arrendamentos	16	(105.854)	(100.447)	(105.854)	(100.447)
Pagamentos de dividendos		(38.696)	(11.152)	(38.696)	(11.160)
Recompra de Ações		-	(7.886)	-	(7.886)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(49.446)	(60.712)	(51.715)	(64.178)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		125.312	7.772	124.166	7.963
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	114.309	100.283	116.358	102.141
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		1.268	6.254	1.268	6.254
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	240.889	114.309	241.792	116.358
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		125.312	7.772	124.166	7.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A., domiciliada no Brasil, com sede em Catanduva na Rodovia Vicente Sanchez, KM 7 - SP tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e derivados, bem como a exploração agrícola da cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros.

Aproximadamente 72% (71% em 2025) da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas e de parcerias agrícolas e 28% (29% em 2025) de fornecedores terceiros, adquiridas em condições normais de mercado.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil é chamado de safra e tem início em abril ou maio e termina em novembro ou dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor.

As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem na região Centro-Sul, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das commodities, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra. A Companhia possui como estratégia comercial o carregamento de produtos para comercialização durante a entressafra, dessa forma se beneficia dos melhores preços do período.

Ambiente externo e fatores macroeconômicos relevantes

Conflitos Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Companhia. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos

vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia.

Variações climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, primeira etapa de regulamentação da reforma tributária brasileira.

O novo modelo estabelece um IVA dual, composto por Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) – de competência federal, e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – de competência subnacional, que substituirão gradualmente PIS, COFINS, ICMS e ISS. A LC 214 também instituiu o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A transição está prevista para o período de 2026 a 2032, durante o qual coexistirão o regime tributário atual e o novo sistema. Os impactos da Reforma sobre a apuração dos tributos da Companhia serão conhecidos apenas após a conclusão das regulamentações complementares pendentes.

Dessa forma, não foram reconhecidos, até a presente data, efeitos decorrentes da Reforma Tributária nestas demonstrações financeiras, tendo em vista que a Companhia ainda não dispõe de base suficiente para mensurar, com confiabilidade, seus impactos contábeis e operacionais.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação da Companhia e sua controlada Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A., conforme participação destacada abaixo.

Controlada	País	Participação Acionária	
		2026	2025
Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.	Brasil	99,74%	99,74%

A controlada Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A. tem por objeto social preponderante o comércio varejista de combustíveis e lubrificantes.

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade

("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 18 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 16 - prazo do arrendamento: se a Companhia e sua controlada têm razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- Nota explicativa nº 23 - Tributos diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2026 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 23 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 11 - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico;

- Nota explicativa nº 16 - Arrendamentos a pagar e Direito de uso - determinação do prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação e; determinação da taxa de desconto dos passivos de arrendamento;
- Nota explicativa nº 7 (g) - Definição da vida útil do ativo imobilizado; e
- Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros; e
- Nota explicativa nº 11 - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia e sua controlada não tiveram quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em e para o exercício encerrado em 31 de março de 2025.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, assim como as de coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

b. Receita

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

Para as vendas de energia elétrica, a Companhia se utiliza de medidores de energia transmitida a clientes, sendo que a cada fechamento mensal há a valorização dessa quantidade e o consequente reconhecimento da receita.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos

exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de

um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	Vidas úteis
Edifícios e benfeitorias	10 a 30 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	2 a 20 anos
Veículos, máquinas e implementos agrícolas	4 a 10 anos
Móveis e utensílios	4 a 10 anos
Outros	4 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistas a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Propriedade para investimentos

Propriedades para investimentos referem-se aos terrenos urbanos e glebas de terra.

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação e, posteriormente, são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a

contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de preço de commodities.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*'forward points'*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele

é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

(vi) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em Estatuto são reconhecidos como passivo.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterou sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras

de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A cana-de-açúcar é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. O período de colheita inicia-se no mês de abril de cada ano e termina, em geral, no mês de novembro do mesmo ano.

m. CBIOS

O RenovaBio foi instituído pela Lei nº 13.576/2017 e constitui a Política Nacional de Biocombustíveis. Foi criado, para, entre outros objetivos, contribuir para o atendimento aos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

Os produtores de biocombustíveis devem certificar seus processos de produção. De acordo com os níveis de eficiência em relação às emissões durante seu processo produtivo os produtores geram Créditos de Descarbonização (CBIO). Cada CBIO corresponde a 1 ton. de CO₂ cuja

emissão foi evitada. Estes títulos são ativos financeiros, e após sua escrituração são comercializados em mercado organizado na B3.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias, estabelecidas pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), por meio da compra e aposentadoria de CBIOS.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possuía 15.614 Créditos de Descarbonização (CBIOS) emitidos e ainda não comercializados. Durante o exercício, foram comercializados 99.416 mil CBIOS, classificados na receita operacional.

n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2025. A Companhia e sua controlada não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1) CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

2) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Caixa e Bancos - no Brasil	1.854	1.586	2.744	2.103
Caixa e Bancos - no Exterior (dólar norte-americano)	26	13.147	26	13.147
Aplicações financeiras	239.009	99.576	239.022	101.108
Total	240.889	114.309	241.792	116.358

Caixa e equivalentes de caixa são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por certificados de depósitos bancários (CDB), com remuneração média de 100% de Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (idêntico em 2025).

Na demonstração do fluxo de caixa, o caixa e equivalentes de caixa têm vencimento imediato (limite máximo de 90 dias) e fazem parte integrante da gestão operacional de caixa da Companhia, sendo que estes ativos financeiros apresentam alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 26.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
No país	3.976	951	5.578	1.698
(-) Perdas esperadas em créditos com clientes	(48)	(296)	(48)	(296)
Total	3.928	655	5.530	1.402

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
A vencer	3.814	655	5.416	1.402
Vencidos:				
Até 30 dias	114	-	114	-
Acima de 60 dias	48	296	48	296
	3.976	951	5.578	1.698

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e moeda para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 26 – Instrumentos Financeiros.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Produtos acabados	3.703	5.431	3.703	5.431
Produtos para revenda	-	-	1.592	1.076
Manutenção entressafra	96.617	90.846	96.617	90.846
Insumos, materiais auxiliares, manutenção e outros	21.077	12.765	21.077	12.765
Provisão para estoques obsoletos	(584)	(489)	(584)	(489)
Total	120.813	108.553	122.405	109.629

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

Movimentação das provisões para perda nos estoques e manutenção de entressafra:

	Controladora		Consolidado	
	Provisão para perdas	Manutenção de entressafra	Provisão para perdas	Manutenção de entressafra
Saldo em 31/03/2024	(547)	72.627	(547)	72.627
Adições	(34)	90.908	(34)	90.908
Baixas	92	(72.689)	92	(72.689)
Saldo em 31/03/2025	(489)	90.846	(489)	90.846
Adições	(163)	99.688	(163)	99.688
Baixas	68	(93.917)	68	(93.917)
Saldo em 31/03/2026	(584)	96.617	(584)	96.617

11 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativos Biológicos, atendendo assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos representados por cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 01 de abril de 2024	114.823
Aumento devido a tratamentos culturais	86.770
Diminuição devido ao consumo	(90.424)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(1.234)
Saldo em 31 de março de 2025	109.935

Saldos em 1º de abril de 2025	109.935
Aumento devido a tratos culturais	93.424
Diminuição devido ao consumo	(86.770)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(29.366)
Saldo em 31 de março de 2026	87.223

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. O valor justo dos ativos biológicos é classificado no nível 3 da hierarquia do valor justo e as seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	31/03/2026	31/03/2025
Área estimada de colheita (hectares)	26.209	24.323
Produtividade prevista (tons de cana/hectares) (ii)	91,36	85,59
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) (i)	139,94	139,02
Valor do Kg de ATR (R\$)	1,0816	1,2478

(i) As condições climáticas favoráveis influenciaram na produtividade média, no entanto essa condição apresentou uma relação inversamente proporcional entre o volume de água e a concentração de açúcares na planta, o índice de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR).

(ii) Produtividade maior decorrente da condição climática favorável na região.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

- **Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

- **Risco de oferta e demanda**

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de uma Companhia que produz *commodities*, existe uma busca constante para redução de custos.

- **Riscos climáticos e outros**

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

- **Análise de sensibilidade**

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos dos seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 11.857. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 10.140.

12 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Antecipações a terceiros	7.601	4.079	7.601	4.079
Adiantamento a fornecedores diversos	1.185	1.614	1.185	1.614
	8.786	5.693	8.786	5.693

13 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
COFINS	10.942	12.465	10.942	12.465
ICMS sobre ativo fixo	4.967	4.784	4.967	4.784
IPI	197	197	197	197
PIS	2.396	2.397	2.396	2.397
ICMS a recuperar	12.744	6.273	12.744	6.273
IRPJ e CSLL	2.096	-	2.096	-
Outros tributos	1.024	2.725	1.024	2.725
Total	34.366	28.841	34.366	28.841
Circulante	28.466	25.798	28.466	25.798
Não circulante	5.900	3.043	5.900	3.043

14 Investimentos – Controladora

a. Composição dos saldos

O saldo é composto unicamente pela participação no **Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.**

	2026	2025
Participação	99,7368%	99,7368%
Quantidade de ações	7.978.948	7.977.954
Ativos Circulantes	13.137	12.175
Ativos não circulantes	2.255	2.326
Total de ativos	15.392	14.501
Passivos circulantes	1.132	2.768
Passivos não circulantes	1	1
Total de passivos	1.133	2.769
Patrimônio Líquido	14.259	11.732
Receitas	70.748	69.896
Despesas	(65.739)	(67.296)
Lucro do exercício	5.009	2.600
Equivalência patrimonial	4.996	2.594
Distribuição de dividendos	(2.482)	(3.144)

A movimentação dos investimentos na controladora está apresentada a seguir:

Saldo em 1º de abril de 2024	12.243
Distribuição de dividendos	(3.136)
Resultado de equivalência patrimonial	2.594
Saldos em 31 de março de 2025	11.701
Saldo em 1º de abril de 2025	11.701
Distribuição de dividendos	(2.476)
Resultado de equivalência patrimonial	5.009
Saldos em 31 de março de 2026	14.222

15 Propriedade para investimentos

Em 26 de novembro de 2019 os acionistas da Companhia deliberaram pela implantação de um empreendimento residencial, composto por um loteamento urbano através da segregação de um imóvel rural pertencente a Companhia. Para tanto, a administração contratou empresa especializada em avaliações e com base em Laudo técnico, identificou para o empreendimento o valor justo de R\$ 118.525, sendo que a mesma empresa atualizou o laudo em 31 de março de 2026 para R\$ 134.727 (R\$ 134.745 em 31 de março de 2025).

De acordo com a Norma da ABNT NBR 14653 e pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, as glebas de terras e os terrenos foram avaliadas com base no “Método Comparativo de Dados de Mercado”, através de dados de mercado de imóveis semelhantes ao avaliado, à venda ou efetivamente transacionados no livre mercado imobiliário da região. Nesse sentido, efetuou-se pesquisa de mercado na região circunvizinha do imóvel avaliado, a fim de obter elementos de comparação, caracterizados por terrenos expostos para venda no livre mercado e que apresentassem as mesmas características do terreno em pauta.

A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o “Nível 3”.

16 Direito de uso e Arrendamento a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar durante o exercício foi a seguinte:

Direito de uso:

	Controladora e consolidado			
	Máquinas agrícolas	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Total
Saldos em 1º de abril de 2024	786	261.155	61.689	323.630
Novos contratos	56.852	93.991	14.806	165.649
Remensurações	-	9.018	1.209	10.227
Amortização	(1.009)	(77.062)	(23.665)	(101.736)
Saldos em 31 de março de 2025	56.629	287.102	54.039	397.770
Saldos em 1º de abril de 2025	56.629	287.102	54.039	397.770
Novos contratos	-	80.628	16.615	97.243
Remensurações	2.470	(52.422)	(1.509)	(51.461)
Amortização	(11.297)	(74.085)	(22.858)	(108.240)
Saldos em 31 de março de 2026	47.802	241.223	46.287	335.312

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2026

Passivo de arrendamento:

	Controladora e consolidado		
	Passivo de arrendamento (fluxo futuro)	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento
Saldos em 1º de abril de 2024	410.427	(95.477)	314.950
Novos contratos	223.270	(57.621)	165.649
Remensurações	6.281	3.946	10.227
Pagamentos realizados	(100.447)	-	(100.447)
Pagamentos de juros	(32.961)	-	(32.961)
Apropriação encargos financeiros	-	32.961	32.961
Saldos em 31 de março de 2025	506.570	(116.191)	390.379
Saldos em 1º de abril de 2025	506.570	(116.191)	390.379
Novos contratos	131.351	(34.108)	97.243
Remensurações	(63.644)	12.183	(51.461)
Pagamentos realizados	(105.854)	-	(105.854)
Pagamentos de juros	(33.499)	-	(33.499)
Apropriação encargos financeiros	-	33.499	33.499
Saldos em 31 de março de 2026	434.924	(104.617)	330.307
Circulante	126.233	(37.116)	89.117
Não circulante	308.691	(67.501)	241.190

Controladora e Consolidado	31/03/2026
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	76.880
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	64.794
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	47.140
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	19.648
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	8.979
A partir de 1º/04/2032	23.749
	241.190

17 Imobilizado

a. Controladora

Controladora	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2024									
Custo total	45.255	261.653	112.400	7.441	2.567	51.580	352.737	50.291	883.924
Depreciação acumulada	(34.047)	(190.203)	(65.871)	(6.168)	(257)	-	(66.551)	-	(363.097)
Saldo residual	11.208	71.450	46.529	1.273	2.310	51.580	286.186	50.291	520.827
Adições	-	5.397	7.945	594	779	-	75.838	14.551	105.104
Baixas	-	(6.159)	(2.017)	1	(2.191)	-	-	(197)	(10.563)
Transferências	896	55.031	533	16	-	-	-	(56.476)	-
Depreciações	(1.283)	(11.473)	(8.907)	(538)	-	-	(45.122)	-	(67.323)
Saldo em 31 de março de 2025	10.821	114.246	44.083	1.346	898	51.580	316.902	8.169	548.045

Controladora	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2025									
Custo total	46.151	299.252	116.915	7.997	1.155	51.580	350.888	8.169	882.107
Depreciação acumulada	(35.330)	(185.006)	(72.832)	(6.651)	(257)	-	(33.986)	-	(334.062)
Saldo residual	10.821	114.246	44.083	1.346	898	51.580	316.902	8.169	548.045
Adições	2	3.461	10.989	818	1.488	-	90.447	39.009	146.214
Baixas	(389)	(3.648)	(1.586)	(4)	(567)	-	-	(807)	(7.001)
Transferências	3.006	9.651	365	17	-	-	-	(13.039)	-
Depreciações	(1.068)	(11.759)	(9.631)	(585)	-	-	(54.235)	-	(77.278)
Saldo em 31 de março de 2026	12.372	111.951	44.220	1.592	1.819	51.580	353.114	33.332	609.980

b. Consolidado

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2024									
Custo total	48.822	262.544	112.416	7.623	2.567	51.580	352.737	50.291	888.580
Depreciação acumulada	(35.384)	(190.948)	(65.871)	(6.329)	(257)	-	(66.551)	-	(365.340)
Saldo residual	13.438	71.596	46.545	1.294	2.310	51.580	286.186	50.291	523.240
Adições	-	5.397	7.945	594	779	-	75.838	14.551	105.104
Baixas	-	(6.159)	(2.017)	1	(2.191)	-	-	(197)	(10.563)
Transferências	896	55.031	533	16	-	-	-	(56.476)	-
Depreciações	(1.344)	(11.491)	(8.907)	(546)	-	-	(45.122)	-	(67.410)
Saldo em 31 de março de 2025	12.990	114.374	44.099	1.359	898	51.580	316.902	8.169	550.371

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2025									
Custo total	49.718	300.077	116.931	8.177	1.155	51.580	350.888	8.169	886.695
Depreciação acumulada	(36.728)	(185.703)	(72.832)	(6.818)	(257)	-	(33.986)	-	(336.324)
Saldo residual	12.990	114.374	44.099	1.359	898	51.580	316.902	8.169	550.371
Adições	2	3.477	10.989	819	1.488	-	90.447	39.009	146.231
Baixas	(389)	(3.648)	(1.586)	(4)	(567)	-	-	(807)	(7.001)
Transferências	3.006	9.651	365	17	-	-	-	(13.039)	-
Depreciações	(1.130)	(11.777)	(9.631)	(593)	-	-	(54.235)	-	(77.366)
Saldo em 31 de março de 2026	14.479	112.077	44.236	1.598	1.819	51.580	353.114	33.332	612.235

Em 31 de março de 2026 os terrenos com valor contábil de R\$ 51.580 (mesmo valor em 2024) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários, conforme nota explicativa nº 19.

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia e sua controlada não identificaram a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Fornecedores diversos	33.620	26.920	34.470	27.187
Fornecedores cana-de-açúcar	2.929	6.454	2.929	6.454
Fornecedor Partes Relacionadas (nota explicativa 31)	8.480	7.741	-	-
	45.029	41.115	37.399	33.641
Circulante	40.358	36.628	32.728	29.154
Não circulante	4.671	4.487	4.671	4.487

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 26. Em 31 de março de 2026 não há contas a pagar vencidas e não pagas.

19 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da controladora Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A, e o consolidado juntamente com sua controlada Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

A Nota explicativa nº 26 divulga informações adicionais com relação à exposição aos riscos de taxa de juros e moeda.

Modalidade	Vencimentos	Taxa	Controladora	
			2026	2025
Moeda nacional				
Finame	2029	17,86%	18.693	22.268
Capital de giro	2031	17,19%	269.923	122.256
CRA		0,00%	-	100.000
Debêntures	2031	12,99%	286.620	128.167
			575.236	372.691
Moeda estrangeira				
CPR	2029	6,69%	65.198	169.515
			65.198	169.515
		13,99%	640.434	542.206
Custos de captação de recursos				
Debêntures			(7.687)	(5.024)
			632.737	537.182
Circulante			58.819	74.173
Não circulante			573.928	463.009

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2026

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2026	2025
01/04/2026 a 31/03/2027	-	124.836
01/04/2027 a 31/03/2028	156.032	119.587
01/04/2028 a 31/03/2029	125.960	91.054
01/04/2029 a 31/03/2030	123.975	78.215
01/04/2030 a 31/03/2031	61.957	32.405
01/04/2031 a 31/03/2032	46.629	16.912
01/04/2032 a 31/03/2033	29.602	-
01/04/2033 a 31/03/2034	29.773	-
	573.928	463.009

Modalidade	Vencimentos	Taxa	Consolidado	
			2026	2025
Moeda nacional				
Finame	2029	17,86%	18.693	22.268
Capital de giro	2031	17,19%	269.923	124.546
CRA		0,00%	-	100.000
Debêntures	2031	12,99%	286.620	128.167
			575.236	374.981
Moeda estrangeira				
CPR	2029	6,69%	65.198	169.515
			65.198	169.515
		13,99%	640.434	544.496
Custos de captação de recursos				
Debêntures			(7.687)	(5.024)
			632.747	539.472
Circulante			58.819	76.463
Não circulante			573.928	463.009

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2026	2025
01/04/2026 a 31/03/2027	-	124.836
01/04/2027 a 31/03/2028	156.032	119.587
01/04/2028 a 31/03/2029	125.960	91.054
01/04/2029 a 31/03/2030	123.975	78.215
01/04/2030 a 31/03/2031	61.957	32.405
01/04/2031 a 31/03/2032	46.629	16.912
01/04/2032 a 31/03/2033	29.602	-
01/04/2033 a 31/03/2034	29.773	-
	573.928	463.009

a. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por hipotecas de terras, alienação fiduciária dos bens do parque industrial, penhor mercantil de estoques de produtos acabados e avais de diretores.

b. Obrigações contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros (*covenants*).

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia atendeu integralmente às obrigações pactuadas, incluindo o cumprimento dos índices e limites exigidos. A Companhia e sua controlada estimam que irão cumprir os *covenants* que serão apresentados nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra amortizações e captações durante o exercício:

	Controladora	
	2026	2025
Saldo inicial	537.182	495.815
Captações	360.995	374.174
Provisão de encargos	74.460	63.527
Amortização do principal	(265.891)	(315.401)
Pagamento de juros	(59.311)	(115.435)
Variação cambial	(14.688)	34.502
Saldo final	632.747	537.182

	Consolidado	
	2026	2025
Saldo inicial	539.472	501.583
Captações	360.995	374.174
Provisão de encargos	74.536	64.123
Amortização do principal	(268.160)	(318.859)
Pagamento de juros	(59.408)	(116.051)
Variação cambial	(14.688)	34.502
Saldo final	632.747	539.472

Em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu receita de variação cambial no montante de R\$ 14.688, classificada na rubrica de empréstimos e financiamentos e registrada no resultado financeiro do exercício.

Em 31 de março de 2025, do montante de despesa de R\$ 34.502, registrado nos empréstimos e financiamentos como variação cambial, R\$ 68.008 de despesa, foram registrados no resultado financeiro e receita de R\$ 33.506 foram registrados no patrimônio líquido a título de (Constituição) realização de Hedge Accounting

20 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Salários e ordenados	3.343	2.627	3.363	2.642
INSS	-	2.726	-	2.726
FGTS	591	451	595	455
INSS sobre folha	822	699	839	716
Provisões de férias e 13º salário	8.745	7.648	8.807	7.696
Outros	211	153	211	153
	13.712	14.304	13.815	14.388

21 Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
PIS	-	441	-	441
CSLL	138	340	138	340
ICMS	-	1.286	-	1.286
INSS	493	165	493	165
Total	631	2.232	631	2.232
Passivo circulante	323	1.666	323	1.666
Passivo não circulante	308	566	308	566

22 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Clientes de açúcar	122.002	52.131	122.002	52.131
Clientes de etanol	1.622	1.669	1.622	1.669
Outros	83	6	83	6
Total	123.707	53.806	123.707	53.806
Passivo circulante	28.727	17.806	28.727	17.806
Passivo não circulante	94.980	36.000	94.980	36.000

Os adiantamentos de clientes referem-se a contratos de venda com entrega futura de açúcar e etanol, vinculados a cronogramas previamente definidos, estando sujeitos à incidência de encargos financeiros atrelados à variação do CDI, conforme previsto contratualmente.

Ano de vencimento	2026	2025
01/04/2026 a 31/03/2027	-	36.000
01/04/2027 a 31/03/2028	38.730	-
01/04/2028 a 31/03/2029	18.750	-
01/04/2029 a 31/03/2030	18.750	-
01/04/2030 a 31/03/2031	18.750	-
	94.980	36.000

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Controladora

A movimentação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa são demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/03/2024	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2025	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2026
Prejuízos fiscais do imposto de renda	24.335	7.521	-	31.856	-	-	31.856
Base negativa da contribuição social	8.761	2.708	-	11.469	-	-	11.469
<i>Hedge accounting</i>	11.392	-	(8.799)	2.593	-	(6.544)	(3.951)
Outros	950	1.036	-	1.986	44	-	2.030
Ativo biológico - valor justo	(8.295)	419	-	(7.876)	9.984	-	2.108
Lavoura de cana - diferença de taxas	(9.937)	-	-	(9.937)	-	-	(9.937)
Imobilizado - custo atribuído - Deemed Cost	(16.251)	1.170	-	(15.081)	1.434	-	(13.647)
Realização reserva de reavaliação	(10.930)	1.427	-	(9.503)	491	-	(9.012)
Diferença de base fiscal e contábil	(642)	642	-	-	-	-	-
CPC 06(R2)	12.973	9.522	-	22.495	241	-	22.736
Depreciação acelerada incentivada	(73.453)	(20.069)	-	(93.522)	(16.564)	-	(110.086)
Variações cambiais	-	-	-	-	(2.449)	-	(2.449)
Propriedades para investimentos	(44.327)	(369)	-	(44.696)	6	-	(44.690)
	(105.424)	4.007	(8.799)	(110.216)	(6.813)	(6.544)	(123.573)

b. Consolidado

A movimentação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa são demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/03/2024	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2025	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2026
Prejuízos fiscais do imposto de renda	24.335	7.521	-	31.856	-	-	31.856
Base negativa da contribuição social	8.761	2.708	-	11.469	-	-	11.469
<i>Hedge accounting</i>	11.392	-	(8.799)	2.593	-	(6.544)	(3.951)
Outros	950	1.036	-	1.986	44	-	2.030
Ativo biológico - valor justo	(8.295)	419	-	(7.876)	9.984	-	2.108
Lavoura de cana - diferença de taxas	(9.937)	-	-	(9.937)	-	-	(9.937)
Imobilizado - custo atribuído - Deemed Cost	(16.251)	1.170	-	(15.081)	1.434	-	(13.647)
Realização reserva de reavaliação	(10.931)	1.427	-	(9.504)	491	-	(9.013)
Diferença de base fiscal e contábil	(642)	642	-	-	-	-	-
CPC 06(R2)	12.973	9.522	-	22.495	241	-	22.736
Depreciação acelerada incentivada	(73.453)	(20.069)	-	(93.522)	(16.564)	-	(110.086)
Variações cambiais	-	-	-	-	(2.449)	-	(2.449)
Propriedades para investimentos	(44.327)	(369)	-	(44.696)	6	-	(44.690)
	(105.425)	4.007	(8.799)	(110.217)	(6.813)	(6.544)	(123.574)

A Controladora, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, optou por reconhecer no exercício e em exercícios anteriores o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A conciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Resultado antes dos Impostos	42.212	29.242	43.367	30.266
(-) Resultado da Equivalência patrimonial	(4.996)	(2.594)	-	-
Base de cálculo combinada	37.216	26.648	43.367	30.266
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(12.653)	(9.060)	(14.745)	(10.290)
Prejuízos fiscais não constituídos	861	10.322	861	10.322
Adições e exclusões permanentes				
Adições permanentes	(456)	(51)	(456)	(51)
Exclusões permanentes	3.405	2.796	3.405	2.796
Outros ajustes	59	-	1.009	212
Imposto de renda e contribuição social do período	(8.784)	4.007	(9.926)	2.989
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.971)	-	(3.113)	(1.018)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.813)	4.007	(6.813)	4.007
Alíquota fiscal efetiva	23,6%	-15,0%	22,9%	-9,9%

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis, apurados até 31 de março de 2026, e não registrados é de R\$ 24.707 (R\$ 25.568 em 2025), em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

24 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

	Controladora e Consolidado		
	2025	Adições e Reversões	2026
Depósitos judiciais trabalhistas	4.402	110	4.512
Provisões constituídas trabalhistas	(4.402)	(110)	(4.512)
Demais depósitos judiciais	743	-	743
Total	743	-	743

A Companhia e sua controlada possuem ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores quanto às quantias reivindicadas, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas com as ações em curso, sendo o montante total classificado no passivo não circulante.

a. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo de depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingências constituída, em 31 de março de 2026, totaliza R\$ 743 (mesmo valor em 31 de março de 2025) e está classificado na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

b. Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes de processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, é no montante de R\$ 15.770 em 31 de março de 2026 (R\$ 10.796 em 2025), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

25 Patrimônio líquido - Controladora

a. Capital social

Em 31 de março de 2026 o capital social era representado por R\$ 131.700 (idêntico em 31 de março de 2025), dividido em 164.605.320 (idêntico em 31 de março de 2025), ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reserva de capital

Representada pelo ágio pago pelos sócios na subscrição das novas ações sociais do capital.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de reavaliação

Constituídas em decorrência das reavaliações de bens próprios do ativo imobilizado e de sua controlada, com base em laudos de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante. As reservas de reavaliação estão sendo realizadas por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. As reservas de reavaliação constituídas em 31 de maio de 2000 e 30 de abril de 2006 decorrentes de bens imóveis foram integralmente capitalizadas, embora não realizadas. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a reserva de reavaliação não pode ser capitalizada enquanto não realizada.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

- É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e da ICPC 10 e da avaliação a valor justo da propriedade para investimento (conforme descrito na Nota explicativa nº 15), ambos deduzidos do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos. O custo atribuído é realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem e o saldo referente a propriedades para investimento será realizado mediante a alienação dos ativos correspondentes.
- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa relacionados a operações objeto de hedge que ainda não foram incorridas, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante a liquidação do instrumento.

f. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 6% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2025
Resultado do exercício	33.249
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	2.270
Base de cálculo	35.519
Reserva legal - 5%	(1.776)
Base de cálculo – Dividendos	33.743
Dividendos mínimos obrigatórios – 6 %	(2.025)

	2026
Resultado do exercício	33.428
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	3.462
Base de cálculo	36.890
Reserva legal - 5%	(1.844)
Base de cálculo – Dividendos	35.046
Dividendos mínimos obrigatórios – 6 %	(2.103)

g. Reserva de lucros

O saldo em 31 de março de 2026 está à disposição da Assembleia Geral dos Acionistas para destinação.

26 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2026						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.880	-	-	-	-
Aplicações financeiras	239.009	-	-	-	239.009	-
Instrumentos financeiros derivativos	11.621	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	3.928	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	497	-	-	-	-
	250.630	6.305	-	-	239.009	-

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

Fornecedores	-	-	(45.029)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(632.747)	-	-	-
Arrendamento Passivo	-	-	(330.307)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(123.707)	-	-	-
	-	-	(1.131.790)	-	-	-

Controladora	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2025						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	14.733	-	-	-	-
Aplicações financeiras	99.576	-	-	-	99.576	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	655	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	469	-	-	-	-
	99.576	15.857	-	-	99.576	-

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

Fornecedores	-	-	(41.115)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(537.182)	-	-	-
Arrendamento Passivo	-	-	(390.379)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(7.626)	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(53.806)	-	-	-
	(7.626)	-	(1.022.482)	-	-	-

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2026

Consolidado	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2026						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.770	-	-	-	-
Aplicações financeiras	239.022	-	-	-	239.022	-
Instrumentos financeiros derivativos	11.621	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	5.530	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1.057	-	-	-	-
	250.643	9.357	-	-	239.022	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(37.399)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(632.747)	-	-	-
Arrendamento Passivo	-	-	(330.307)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(123.707)	-	-	-
	-	-	(1.124.160)	-	-	-

Consolidado	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2025						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	15.250	-	-	-	-
Aplicações financeiras	101.108	-	-	-	101.108	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.402	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1.031	-	-	-	-
	101.108	17.683	-	-	101.108	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(33.641)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(539.472)	-	-	-
Arrendamento passivo	-	-	(390.379)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(7.626)	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(53.806)	-	-	-
	(7.626)	-	(1.017.298)	-	-	-

Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2026.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada e os gestores de cada área se reportam regularmente à administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores e de instrumentos financeiros derivativos, conforme apresentado a seguir.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.880	14.733	2.770	15.250
Aplicações financeiras	8	239.009	99.576	239.022	101.108
Instrumentos financeiros derivativos	26	11.621	-	11.621	-
Contas a receber de clientes	9	3.928	655	5.530	1.402
Total		256.438	114.964	258.943	117.760

A Companhia e sua controlada têm como política a comercialização mediante a recebimento antecipado mitigando o risco de inadimplência contemplando 90% das vendas realizadas.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Fornecedores	18	45.029	41.115	37.399	33.641
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	19	632.747	537.182	632.747	539.472
Arrendamentos a pagar	16	330.307	390.379	330.307	390.379
Instrumentos financeiros derivativos		-	7.626	-	7.626
Adiantamento de clientes		123.707	53.806	123.707	53.806
		1.131.790	1.030.108	1.124.160	1.024.924
Passivo circulante		217.021	233.459	209.391	228.275
Passivo não circulante		914.769	796.649	914.769	796.649

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Controladora	Fluxo contratual			
	Valor Contábil	até 12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
31 de março de 2026				
Fornecedores	45.029	40.358	4.671	-
Empréstimos e financiamentos	632.747	93.734	316.558	389.887
Arrendamento Passivo	330.307	117.985	174.803	118.585
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	123.707	31.754	41.037	58.563
31 de março de 2025				
Fornecedores	41.115	36.628	4.487	-
Empréstimos e financiamentos	537.182	104.955	271.993	267.881
Arrendamento Passivo	390.379	125.467	190.956	156.901
Instrumentos financeiros derivativos	7.626	7.626	-	-
Adiantamento de clientes	53.806	19.863	17.444	20.770
Consolidado	Fluxo contratual			
	Valor Contábil	até 12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
31 de março de 2026				
Fornecedores	37.399	32.728	4.671	-
Empréstimos e financiamentos	632.747	93.734	316.558	389.887
Arrendamento Passivo	330.307	117.985	174.803	118.585

Adiantamento de clientes	123.707	31.754	41.037	58.563
31 de março de 2025				
Fornecedores	33.641	29.154	4.487	-
Empréstimos e financiamentos	539.472	107.279	271.993	267.881
Arrendamento Passivo	390.379	125.467	190.956	156.901
Instrumentos financeiros derivativos	7.626	7.626	-	-
Adiantamento de clientes	53.806	19.863	17.444	20.770

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia e sua controlada possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir volume de produção, bem como, o estabelecimento de contratos futuros de venda junto às tradings. Essa tomada de decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços e oportunidades de mercado.

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial da Companhia.

A partir de abril de 2014, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos de dívidas para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com o objetivo de se proteger da volatilidade das receitas de suas exportações em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizadas como altamente provável, de exportação à fixar em moeda estrangeira (dólar americano USD), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD x BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como Dívidas em moeda estrangeira (Dólar americano), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Em 31 de março de 2026, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização após esta data no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos de Empréstimos	Curto Prazo	12 meses	24 Meses	36 Meses	Total
NDF	22.528	1.921	-	-	24.449
SWAP	(571)	(4.306)	(4.003)	(3.948)	(12.828)
Variação cambial	21.957	(2.385)	(4.003)	(3.948)	11.621

(-) Tributos diferidos	(7.466)	812	1.361	1.342	(3.951)
Efeito líquido no patrimônio	14.491	(1.573)	(2.642)	(2.606)	7.670

Segue a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado operacional e no patrimônio líquido, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de *hedge*.

	Efeito contábil - Instrumento de Hedge		
	Saldo em 31/03/2025	Saldo não realizado em 31/03/2026	Efeito no Resultado
Não derivativos (variação cambial)	(7.626)	11.621	(19.247)
Imposto de renda pessoa jurídica	1.907	(2.905)	4.812
Contribuição social sobre o lucro líquido	686	(1.046)	1.732
Líquido	(5.033)	7.670	(12.703)

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A gestão da exposição cambial da Companhia consiste na análise do *hedge* natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção, sendo que, o *hedge* natural entre os contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para a safra seguinte.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP, pré-fixadas e contratando operações de *SWAP* para grande parte das operações indexadas a taxas flutuantes.

Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos

Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para

evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas. Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. A Companhia não foi afetada de forma relevante nos incêndios divulgados pela mídia, sendo que os incêndios ocorridos nas lavouras da Companhia, não causaram impactos significativos nas operações ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Exposição a moeda estrangeira

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido à administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme a seguir:

Consolidado	Nota	2026		2025	
		US\$	Reais	US\$	Reais
Empréstimos e financiamentos	19	12.492	65.198	29.521	169.515

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por

juros da Companhia e sua controlada era composto por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Consolidado	Indexador	Exposição	Risco (%)	Apreciação da taxa	
				Em 25%	Em 50%
Aplicações financeiras	CDI	239.022	14,65%	43.771	52.525
Empréstimos e financiamentos					
Finame	TJLP	18.693	9,13%	2.133	2.560
Capital de giro	CDI	269.923	14,65%	49.430	59.316
Debênture	IPCA	286.620	3,81%	13.650	16.380
				108.984	130.781

Fonte: As informações do CDI foram obtidas na base da Cetip, TJLP na Receita Federal e Libor 6 no BACEN, todas essas com a data-base do último dia útil de março de 2026.

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia e sua controlada é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia e sua controlada para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Total do passivo	1.302.132	1.167.927	1.294.785	1.162.955
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(240.889)	(114.309)	(241.792)	(116.358)
Dívida líquida (A)	1.061.243	1.053.618	1.052.993	1.046.597
Total do patrimônio líquido (B)	301.060	293.625	301.097	293.656
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	3,5	3,6	3,5	3,6

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Total do passivo	1.302.139	1.167.927	1.294.792	1.162.955
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(240.889)	(114.309)	(241.908)	(116.358)
Dívida líquida (A)	1.061.250	1.053.618	1.052.884	1.046.597
Total do patrimônio líquido (B)	301.169	293.625	301.207	293.656
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	3,5	3,6	3,5	3,6

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Controladora detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial e preço.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Hedge comercial	11.621	(7.626)	11.621	(7.626)
	11.621	(7.626)	11.621	(7.626)

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F.

27 Receita líquida

As receitas operacionais da Companhia e sua controlada são compostas basicamente pela venda de açúcar, etanol e revenda de óleo diesel.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Açúcar mercado externo	476.818	556.721	476.818	556.721
Etanol	272.683	282.903	272.683	282.903
Energia Elétrica	4.428	2.597	4.428	2.597
Cana-de-açúcar	33.917	-	33.917	-
Outros	16.708	13.397	37.519	37.752
(-) Impostos sobre vendas	(36.736)	(39.368)	(36.736)	(39.368)
Total	767.818	816.250	788.629	840.605

28 Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Cana de açúcar (terceiros)	493.155	514.611	493.155	514.611
Salários e encargos	35.539	36.434	36.472	37.312
Fretes e carretos	30.935	36.320	30.935	36.320
Serviços de terceiros	36.923	21.728	36.959	21.765
Depreciação e amortização	9.293	9.858	9.381	9.946
Manutenção e conservação	16.766	10.689	16.872	10.795
Insumos	8.603	8.880	8.603	8.880
Benefícios	5.348	4.603	5.407	4.603
Combustíveis e lubrificantes	1.757	3.228	15.038	22.075
Impostos, taxas e multas	2.374	4.217	2.455	4.265

Pis e cofins sobre outras receitas	207	420	207	420
Outras (despesas) receitas	1.587	(3.611)	1.843	(3.524)
Perda (ganho) de valor justo em propriedade para investimento	18	(1.085)	18	(1.085)
Resultado na alienação do imobilizado e investimentos	3.873	1.082	3.873	1.082
Impostos recuperados	(27.641)	(40.414)	(27.641)	(40.414)
Indenização da Ação do IAA (*)	-	(6.691)	-	(6.691)
	618.737	600.269	633.577	620.360

Classificadas como:

Custo dos produtos vendidos	(551.416)	(557.609)	(565.694)	(577.488)
Despesas com vendas	(34.805)	(39.220)	(34.805)	(39.220)
Despesas administrativas e gerais	(31.843)	(26.937)	(32.417)	(27.167)
Outras receitas (despesas) operacionais	(673)	23.497	(661)	23.515
	(618.737)	(600.269)	(633.577)	(620.360)

29 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Receitas Financeiras				
Juros ativos	292	558	312	558
Juros sobre aplicações financeiras	15.833	14.672	16.124	14.680
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	30.873	67.344	30.873	67.344
Outros	661	138	661	138
Total	47.659	82.712	47.970	82.720
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(74.460)	(63.527)	(74.536)	(64.123)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(16.050)	(86.280)	(16.050)	(86.280)
Juros sobre passivo de arrendamentos	(33.499)	(32.961)	(33.499)	(32.961)
Atualizações de consórcios contemplados a pagar	-	(1.396)	-	(1.396)
Juros sobre adiantamentos de clientes	(14.376)	(8.212)	(14.376)	(8.212)
Outros	(7.260)	(11.907)	(7.315)	(11.965)
Total	(145.645)	(204.283)	(145.776)	(204.937)
Variação Cambial				
Financiamentos e empréstimos	14.688	(68.008)	14.688	(68.008)
Disponibilidades	1.268	6.254	1.268	6.254
Contas a receber de clientes	(469)	(4.774)	(469)	(4.774)
Total	15.487	(66.528)	15.487	(66.528)
Resultado financeiro líquido	(82.499)	(188.099)	(82.319)	(188.745)

30 Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA.

31 Partes relacionadas

a. Controladora e parte controladora final

Os controladores finais da Companhia são os sócios Hélio Zancaner Sanches e Evandro Sanches que em conjunto detêm 80,47% de participação no capital social da Companhia.

b. Operações com partes relacionadas:

As operações com partes relacionadas compreendem a transações financeiras de mútuo as quais são realizadas em condições normais de mercado. As principais operações da Controladora resumem-se a adiantamentos e aquisição de cana-de-açúcar com suas acionistas e a compra de combustível com a sua controlada Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

As transações de aquisição de cana de açúcar com acionistas ocorrem em condições de mercado semelhantes aos fornecedores terceiros.

c. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração da Companhia e sua controlada é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 1.572 (R\$ 1.440 em 2025). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

De acordo com a eleição realizada, a diretoria é atualmente composta por dois diretores executivos.

d. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 2025, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado

	2026		2025	
	Acionistas	Posto USD	Acionistas	Posto USD
Passivo				
Fornecedores (nota explicativa 18)	-	(8.480)	-	(7.741)

	2026		2025	
	Acionistas	Posto USD	Acionistas	Posto USD
Transações				
Diesel	-	48.356	-	44.362
Etanol hidratado	-	1.227	-	1.129
Gasolina	-	31	-	24
Total	-	49.614	-	45.515

32 Eventos subsequentes

Em 24 de abril de 2026, a Companhia realizou uma nova captação de financiamento, FINAME, junto ao Banco ABC Brasil, no valor de R\$ 5.320. A operação tem vencimento em 7 de março de 2031, com remuneração 12,32% ao ano.

Em 19 de maio de 2026, a Companhia realizou a renovação de uma operação de Cédula de Produto Rural (CPR) junto ao Banco ABC Brasil, no montante de R\$ 40.000. A operação anterior, de mesmo valor, foi liquidada na mesma data e substituída por um novo contrato com vencimento em 19 de maio de 2031. A nova operação possui remuneração de 2,95% ao ano, acrescida da variação do CDI, representando redução do custo financeiro em relação à operação anterior, cuja remuneração era de 3,10% ao ano, acrescida da variação do CDI.

* * *

André Cáfaró Sanches
Diretor executivo

Vicente Sanchez Neto
Diretor executivo

Demetrio Aparecido de Oliveira Soares
Diretor administrativo e financeiro

Antônio Luiz Giro
Contador
CRC 1SP176605/0-9